

Ofício

Porto Alegre, 10 de março de 2022.

À  
Direção do Hospital Nossa Senhora da Conceição e Suas Filiais  
A/C Dr. Cláudio Oliveira – MD Presidente

Prezado Presidente,

Considerando a entrada em vigor da Lei Complementar Nº 191/2022, a partir do dia 08 de março de 2022, que altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19);

Considerando que esta lei garante aos servidores públicos das áreas da saúde e da segurança, o afastamento da aplicação do inciso IX , do artigo 8º , da LC 173/2020;

Diante das considerações, que o tempo de serviço de maio/2020 a 31.12.2021 deverá ser considerado, a partir de 01 de janeiro de 2022, para o pagamento do adicional por tempo de serviço aos servidores públicos da saúde, solicitamos posicionamento desta diretoria sobre o efetivo pagamento dos quinquênios para os trabalhadores que fizeram jus a esta rubrica, neste interim, inclusive com valores retroativos a janeiro de 2022.

Na certeza das considerações.

Atenciosamente,

Julio Cesar Jesien  
Presidente

# LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 8 DE MARÇO DE 2022

Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

## **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Art. 2º O art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

§ 8º O disposto no inciso IX do *caput* deste artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I - para os servidores especificados neste parágrafo, os entes federados ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar o pagamento de novos blocos aquisitivos, cujos períodos tenham sido completados durante o tempo previsto no *caput* deste artigo, de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço;

II - os novos blocos aquisitivos dos direitos especificados no inciso I deste parágrafo não geram direito ao pagamento de atrasados, no período especificado;

III - não haverá prejuízo no cômputo do período aquisitivo dos direitos previstos no inciso I deste parágrafo;

IV - o pagamento a que se refere o inciso I deste parágrafo retornará em 1º de janeiro de 2022." (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Anderson Gustavo Torres

Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes